

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 22/11/2018

- [Projeto Padrinho completa 18 anos com desafio de ainda sensibilizar a sociedade](#)
- [CNMP recomenda que Ministério Público priorize ações de prevenção e combate da obesidade infantil](#)
- [Brasil e Argentina fazem operação de combate à pedofilia](#)
- [Fátima Bezerra destaca Semana de Valorização da Primeira Infância](#)
- [Comissão aprova projeto que proíbe venda e uso de andadores infantis](#)
- [Depoimento especial ganha ônibus para ouvir crianças, em Pernambuco](#)
- [Crianças com câncer viram 'policiais por um dia' em ação da PRF no Recife](#)
- [Polícia Civil faz operação contra crimes de pornografia infantil no Recife](#)
- [Operação prende 61 por exploração sexual de crianças na internet](#)
- [Filho adotivo ganha o direito de somar o nome de pai biológico no registro civil](#)
- [Grávida pode remarcar teste físico de concurso, decide STF](#)
- [Comemorado em novembro, Dia Mundial da Adoção pretende conscientizar sobre crianças esquecidas em abrigos pelo mundo](#)
- [Fóruns da infância divulgam atas e enunciados de suas últimas edições](#)
- [Gameleira - Prefeitura se compromete a estruturar o Conselho Tutelar municipal](#)
- [MPPE realiza ação de Natal para ajudar crianças e adolescentes que vivem nas Casas de Acolhimento do Recife](#)
- [Ações de proteção de direitos da criança e adolescentes são tema de debate em Palmares](#)

Assunto: Projeto Padrinho completa 18 anos com desafio de ainda sensibilizar a sociedade

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 22/11/2018



Um projeto que, esse ano, completa 18 anos de existência, mas ainda luta para abranger um público para uma demanda que, infelizmente, está longe de cessar. Criado em 2000 pela juíza da Infância e da Juventude de Campo Grande, Maria Isabel de Matos Rocha, o Projeto Padrinho se espalhou por várias comarcas de Mato Grosso do Sul e inspirou ações semelhantes em muitos outros estados do Brasil.

Em Corumbá, desde sua implantação, ele vem buscando sensibilizar pessoas para a realidade das casas de acolhimento e a necessidade que a presença de um padrinho, uma madrinha, fazem na vida de crianças e adolescentes que, por motivos diversos, tiveram pela lei interrompido o convívio familiar.

Atualmente, Corumbá e Ladário têm 5 crianças e 5 adolescentes apadrinhados pelo projeto, uma proporção bem pequena se levada em conta o número de menores abrigados nos dois municípios, segundo informou ao Diário Corumbaense, o titular da Vara Cível da Infância e Juventude, Maurício Cleber Miglioranzi Santos, que calculou ser esse número um pouco mais de 10% do total de crianças e adolescentes que podem ser beneficiados com o projeto. Ele explicou que quanto mais tempo o menor permanece nos abrigos, menor a chance de ganhar um novo lar.

“Crianças com idades acima dos 3 anos são praticamente inadotáveis, é muito difícil conseguirmos pessoas para habilitação nesse sentido. A maioria são adolescentes que já não têm chances de adoção ou terão muita dificuldade, então a importância do padrinho nesse contexto é trazer uma referência para cada uma dessas crianças”, detalhou.

Os abrigos, conforme o magistrado, buscam oferecer condições dignas a quem são destinados e são munidos de toda estrutura física e um corpo de profissionais que faz a tutela dos menores, entretanto, o ser humano ainda que, em tenra idade, compreende em unanimidade e de forma natural o quanto é satisfatório a presença de alguém que lhe dirija um olhar diferenciado,

“Eventualmente pode haver um consenso na sociedade de que as crianças estão bem atendidas no abrigo, mas ao conversarmos com essas crianças, todas elas pedem um padrinho, todas querem ter uma atenção individualizada, especial e temos tido essa dificuldade em encontrar padrinhos afetivos, em especial”, revelou o juiz ao lembrar de uma das modalidades nascidas com o projeto no início dos anos 2000 em MS.

Dentre as quatro formas de apadrinhamento previstas pelo Projeto, Miglioranzi avalia que o “afetivo” é uma das que mais trazem retorno para os abrigados. Nessa modalidade, os padrinhos têm a chance de conviver com os menores nos finais de semana, em datas importantes quando podem, entre outras coisas, levar as crianças e adolescentes para passeios e atividades fora do ambiente rotineiro do abrigo. Nesse momento, laços são criados e refletem diretamente no duro cotidiano de quem teve que ser afastado do convívio familiar.

“A questão do apadrinhamento afetivo é determinante: melhora o comportamento, melhora o desempenho escolar, cria-se uma vinculação, com a vantagem para as pessoas que apadrinham, que não existe uma responsabilidade tal qual uma guarda, tal qual uma adoção. A pessoa vai se colocar à disposição dentro daquele tempo que ela tem livre para acompanhar”, explicou.

As outras modalidades de apadrinhamento prevista são:

Financeiro: auxilia com uma quantia que puder por mês.

Acolhedora: acolhem, sustentam e dão todos os cuidados no decurso do processo.

Prestador de serviço: padrinhos profissionais que beneficiam várias crianças ao mesmo tempo, tais como: pediatras, dentistas, terapeutas, pedagogos infantis, psicólogos e educadores.

Entretanto a Comarca de Corumbá resolveu inovar numa tentativa de conseguir mais pessoas dispostas a atender esse público e iniciou, ainda que não regulamentado dentro do projeto oficial, a modalidade “padrinho religioso”. Assim, convidou várias congregações religiosas para participar como essa ponte entre afeto e fé, elementos tão primordiais aos abrigados. O padrinho religioso fica responsável por levar esse menor a celebrações e momentos de comunhão que ajudam a reforçar valores importantes para a vida.

Atualmente, na Comarca, há 06 padrinhos afetivos, 01 prestador de serviço e 01 religioso, números que precisam crescer diante da realidade dos abrigos. Para saber mais sobre o Projeto Padrinho em Corumbá, há uma página em rede social que ajuda a divulgar o que é e como é realizado em Corumbá: www.facebook.com/ProjetoPadrinhoCorumbaMS/

Páscoa

Dentre as muitas ações realizadas ao longo do ano, o Projeto Padrinho promove a comemoração de Páscoa anualmente entre todos os abrigados e para isso também convoca a sociedade. Esse ano, quem quiser ajudar, pode doar um ovo de chocolate tamanho números 15 e 20 para serem entregues às crianças e adolescentes.

Os interessados podem fazer a entrega até o dia 22 de março no setor social do Fórum de Corumbá que fica localizado na rua Rua 21 de Setembro, 1633 – bairro Aeroporto.

Assunto: CNMP recomenda que Ministério Público priorize ações de prevenção e combate da obesidade infantil

Fonte: CNMP

Data: 22/11/2018



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Entrou em vigor na última quarta-feira, 21 de novembro, a Recomendação CNMP nº 67/2018, que dispõe sobre a necessidade de o Ministério Público nacional priorizar as ações de prevenção e combate da obesidade infantil e promoção da alimentação saudável e do aleitamento materno. A norma foi publicada no Diário Eletrônico do CNMP.

A proposta de recomendação foi apresentada pelo então conselheiro Walter Agra e relatada pelo conselheiro Gustavo Rocha. O texto foi aprovado, por unanimidade, na 16ª Sessão Ordinária de 2018 do CNMP, realizada em 9 de outubro.

O artigo 1º da norma recomenda aos membros do Ministério Público da União e dos Estados, dentro do limite de suas atribuições, que realizem ações de prevenção e combate à obesidade infantil, notadamente, que desenvolvam ações de monitoramento e fiscalização do cumprimento por parte dos estabelecimentos comerciais e por órgãos públicos da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), definida pela Lei nº 11.265/2006 e regulamentada pelo Decreto nº 8.552/2015, bem como estímulos a ações municipais e estaduais de promoção do aleitamento materno.

Além disso, a recomendação estabelece que promovam ações de monitoramento e fiscalização do cumprimento do Código de Defesa do Consumidor, da Resolução Conanda nº 163/2014 e do compromisso pela publicidade saudável para crianças de evitar a publicidade abusiva direcionada a crianças e adolescentes, inclusive, mas não exclusivamente, em ambientes escolares.

De acordo com a recomendação, ainda, devem ser realizadas ações que incentivem e promovam ambientes escolares saudáveis, em parceria com gestores públicos, escolas, pais e alunos, desenvolvendo ações que envolvam a proibição de publicidade de alimentos e bebidas não saudáveis, desestímulo ou proibição de vendas ou ofertas de produtos industrializados ou ultraprocessados nos refeitórios e cantinas escolares e incentivando a aquisição e oferta de alimentos in natura e orgânicos, de acordo com as recomendações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o manual de cantinas saudáveis e com o Guia Alimentar da População Brasileira do Ministério da Saúde

Assunto: Brasil e Argentina fazem operação de combate à pedofilia

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 22/11/2018



A terceira fase da Operação Luz na Infância foi deflagrada na manhã desta quinta-feira pelo Ministério da Segurança Pública. Policiais civis de 18 estados e do Distrito Federal (DF) estão desde as primeiras horas da manhã cumprindo 69 mandados de busca e apreensão

Nota divulgada pelo ministério diz que a operação dá “continuidade aos trabalhos de identificação de crimes relacionados ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes praticados no meio cibernético”.

Também participa da operação o Corpo de Investigações Judiciais (CIJ) do Ministério Público Fiscal da Cidade Autônoma de Buenos Aires, na Argentina. O CIJ cumpre simultaneamente no país vizinho 41 mandados de busca.

“Os alvos internacionais foram identificados após atuação conjunta entre a Diretoria de Inteligência da Senasp e autoridades policiais da Argentina. As ações simultâneas realizadas no Brasil e na Argentina mobilizam um efetivo aproximado de mil policiais”, diz a nota.

Todas as ações no Brasil estão sendo coordenadas entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e as Polícias Civis dos estados e do DF.

Luz na Infância

A Operação Luz na Infância teve início em outubro de 2017, quando foram cumpridos 157 mandados e presos 112 abusadores. Na segunda edição, ocorrida em maio de 2018, houve cumprimento de 579 mandados de busca, resultando na prisão de 251 pessoas.

Assunto: Fátima Bezerra destaca Semana de Valorização da Primeira Infância

Fonte: Agência Senado

Data: 22/11/2018



Em discurso nesta quinta-feira (22), a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), destacou a realização da 11ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, ocorrida no Senado Federal. O evento reuniu pesquisadores e especialistas sobre o tema em palestras e oficinas e busca sensibilizar os legisladores para que viabilizem a criação de políticas públicas de proteção das crianças em seus primeiros anos de formação e também das mães.

A senadora lembrou que foi relatora do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257 de 2016) e avaliou que os futuros governantes devem buscar mais recursos para a educação, por meio de um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

- Setenta por cento das nossas crianças estão fora das creches, porque a maioria das famílias não tem condições orçamentárias de colocar seus filhos em creches particulares. E o Estado brasileiro tem obrigação de assegurar o acesso à escola, e ele deve começar pela creche. Quanto mais cedo esses brasileirinhos e brasileirinhas adentrarem na escola, maiores serão as chances de seu desenvolvimento pleno, cognitivo e social – observou.

Assunto: Comissão aprova projeto que proíbe venda e uso de andadores infantis

Fonte: Agência Câmara

Data: 22/11/2018



A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (21), com emenda, proposta que proíbe a fabricação, a venda e a utilização de andador infantil em todo o País.

Relator no colegiado, o deputado Diego Garcia (Pode-PR) considera que a medida contribui para prevenir acidentes potencialmente letais sofridos por crianças em desenvolvimento. “Já é amplamente conhecida a velocidade que andadores proporcionam às crianças que ainda não têm noção de perigo”, observou Garcia.

Estudos citados pela Associação Médica Americana demonstram que, de 12% a 40% das crianças que usavam andadores, sofreram acidentes, sendo cerca de 10% deles traumatismos cranianos. “A grande maioria está relacionada à queda de escadas”, ressalta o relator.

Emenda

O relator recomendou a aprovação do texto original – Projeto de Lei 4926/13, do deputado Jorginho Mello (PR-SC) – com emenda para excluir da proibição os andadores indicados por profissionais de saúde com funções assistivas e de reabilitação.

“O andador dotado de características específicas constitui uma tecnologia assistiva que pode contribuir para a autonomia e a independência do paciente”, disse. “Podemos mencionar casos de alteração de tônus muscular, coordenação motora, força e equilíbrio”, acrescentou.

Tramitação

O projeto já havia sido rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Com a aprovação na Comissão de Seguridade, a proposta perdeu o caráter conclusivo, e agora terá que ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário da Câmara.

Assunto: Depoimento especial ganha ônibus para ouvir crianças, em Pernambuco

Fonte: CNJ

Data: 22/11/2018



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugurou, no dia 13, o serviço itinerante de depoimento acolhedor de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de crimes. A inauguração do primeiro veículo usado nesse tipo de atividade ocorreu na comarca de Goiana, no Fórum Desembargador Nunes Machado Filho. O evento contou com a presença do presidente do Tribunal, desembargador Adalberto de Oliveira Melo; do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE) e coordenador da Infância e Juventude do Judiciário pernambucano, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo; do prefeito em exercício Eduardo Honório Carneiro; do juiz da Infância e Juventude, Tito Lívio Araújo Monteiro; e de representantes dos dois tribunais, do Ministério Público e da Secretaria de Defesa Social.



Para o prestar o serviço de forma itinerante, um ônibus, doado ao TJPE pelo TRE-PE, foi customizado pela Diretoria de Infraestrutura e pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal com a mesma estrutura das salas de Depoimento Acolhedor instaladas nas comarcas de Recife, Camaragibe, Caruaru e Petrolina. O veículo possui recepção, secretaria, sala de audiência tradicional e sala de depoimento especial decorada ludicamente e com sistema de gravação em vídeo e áudio. A Coordenadoria da Infância e Juventude acompanhou todo o processo de desenvolvimento do projeto com suporte da Diretoria Geral do TJ pernambucano.

Em discurso, o presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo, enalteceu as ações que vêm sendo tomadas em nome das crianças e adolescentes. "Nosso objetivo é proporcionar um tratamento mais humano, mais digno a essas crianças e adolescentes. Nunca podemos esquecer que somos servidores públicos e, assim, temos de prestar o melhor serviço à população", disse o magistrado.

Durante fala, o presidente do TRE-PE destacou que foram seus antecessores na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, os desembargadores Fausto Campos e Antônio Carlos Alves, que começaram a viabilizar o uso do ônibus pelo TJPE. O primeiro cedeu o veículo por dois anos e

o segundo ampliou o prazo para dez anos. A diretora-geral do TRE-PE, Isabela Landim, por sua vez, viabilizou tecnicamente a doação, disse o presidente do TRE.

“O Serviço Itinerante de Depoimento Acolhedor permite que crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de crimes possam ser ouvidas de forma especial em comarcas onde ainda não implantamos as centrais de depoimento acolhedor. Vamos aproveitar essa iniciativa para realizar a qualificação e especialização de juízes, promotores e profissionais dos quadros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria pública e Polícia Civil”, declarou o coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueiredo.

Há oito anos, o TJPE iniciou, de forma pioneira, a implantação de salas devidamente adaptadas para oitiva de crianças e adolescentes. A primeira central foi implantada no Recife. Na sala de Depoimento Acolhedor, a criança/adolescente é ouvida por profissional, devidamente especializado em técnica científica de coleta de testemunho, em ambiente adequadamente projetado e fisicamente isolado. O depoimento é gravado pelo sistema de áudio e vídeo e também pode ser acompanhado da sala de audiência convencional.

O novo procedimento também evita que crianças e adolescentes sejam obrigados a contar repetidas vezes como ocorreu a agressão ou o crime, levando-os a reviver o trauma. A Recomendação 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sugere aos tribunais a criação de serviços especializados para a escuta de crianças e adolescentes ou testemunhas de violência nos processos judiciais, em um ambiente adequado ao depoimento deste público, assegurando-lhes segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento.

Assunto: Crianças com câncer viram 'policiais por um dia' em ação da PRF no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 22/11/2018



solidariedade aos pequenos.

Meninos e meninas assistidos pelo Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer (GAC), em Santo Amaro, no Centro do Recife, viraram "policiais por um dia", durante uma ação realizada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). A iniciativa ocorreu nesta quinta-feira (22) e, durante a "blitz do amor", agentes raspam a cabeça em

A ação é realizada pela PRF desde 2015, no Recife, para aumentar a autoestima de crianças que enfrentam a rotina pesada de tomar remédios, passar por quimioterapia e cirurgias para tratar a doença. O pequeno Jesse, de 7 anos, esqueceu por um dia o tumor que tem na cabeça, entrou no carro da polícia e ligou a sirene.

"Eu acho a polícia legal. Eles prendem os ladrões. Quero ser policial quando crescer, e bombeiro também", disse Jesse Daniel.

Os policiais fizeram questão de se aproximar da realidade dos meninos e meninas. No câncer, o tratamento, muitas vezes, leva à queda de cabelo. Superintendente da PRF, Alexandre Rodrigues da Silva decidiu ficar careca para homenagear as crianças.

"É para valorizar a criança com câncer. Mostrar que o policial, apesar de ser tratado pela criança como um herói, ele é igual a ela. Ele é tão humano quanto ela e está tão vulnerável quanto. Essas ações nos gratificam muito enquanto policiais", explica o superintendente.



Aos 8 anos de idade, David Nascimento também é um guerreiro desse batalhão. Ele teve um tumor no olho e ficou mais de um ano em tratamento. Curado, ele aproveitou a motocicleta da PRF e até experimentou o capacete.

"Eu gostei muito. A última vez que eu participei, estava no tratamento, agora estou curado. Quem está fazendo tratamento aqui vai ser curado, em nome de Jesus", disse.



Sophia Oliveira da Silva, de 5 anos, também descobriu um tumor no olho. Ela passou por cirurgia e teve que remover o órgão. O cabelo também caiu com a quimioterapia, mas no dia do seu aniversário, durante a blitz, ela deixou um pouco de lado o tratamento.

"Hoje é meu aniversário. Estou feliz porque hoje é minha festa. Vou brincar", disse.

Presidente do GAC, Vera Moraes explica que a ação faz toda a diferença para a vida das crianças. "A história da criança não acaba com o diagnóstico. Eles continuam a vida, a infância, e eu vejo isso com muita alegria. Esses policiais fazendo essa diferença para nossas crianças", explica.



Assunto: Polícia Civil faz operação contra crimes de pornografia infantil no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 22/11/2018



A Polícia Civil deflagrou, nesta quinta-feira (22), uma operação para desarticular uma quadrilha que praticava crimes de pornografia infantil. Denominada Infância Segura 2, a ação busca cumprir três mandados de busca e apreensão domiciliar, no Recife, e está alinhada com a operação Luz na Infância, coordenada pelo Ministério da Segurança Pública.

Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara dos Crimes contra Criança e Adolescente da Capital. Ao todo, 35 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães com o apoio do Instituto de Criminalística, buscam cumprir as determinações judiciais. Durante o trabalho, foram apreendidos produtos como computadores e pen drives.

De acordo com a Polícia Civil, a investigação é presidida pelos delegados Ademir Soares e Thais Galba. Outros detalhes da ação devem ser divulgados ainda nesta quinta (22).

Operação em outros estados

Também nesta quinta, policiais civis de todo o país realizam a terceira fase da operação Luz na Infância, que apura crimes relacionados a pornografia infantil. A ação é coordenada pelo Ministério da Segurança Pública. A Polícia Federal também deflagrou a operação Atalaia, que investiga os mesmos delitos.

Até pouco antes das 9h, 46 pessoas foram presas em flagrante pelas operações, sendo 33 pelas polícias civis e 13 pela Polícia Federal. Além de Pernambuco, a operação acontece em outros 17 estados e no Distrito Federal.

Assunto: Operação prende 61 por exploração sexual de crianças na internet

Fonte: Diário de PE

Data: 22/11/2018



Operação que visa coibir exploração sexual infantil na internet prende 61 pessoas, segundo balanço divulgado nesta quinta-feira (22) pelo ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. As ações seguem até amanhã e mais pessoas podem ser detidas.

“Queremos deixar claro aquilo que já disse anteriormente: não existe anonimato em rede social, não existe impunidade em rede social e a Polícia Federal tem condições de chegar a quem cometer esses crimes”, disse o ministro em coletiva de imprensa.

Segundo o ministro, a operação busca não apenas aqueles que produzem esse tipo de conteúdo, mas também quem compartilha e quem guarda os arquivos no computador. As penas previstas para os crimes variam de 2 a 8 anos de prisão. Jungmann diz que os mandados de busca e apreensão foram expedidos após análise de 500 mil arquivos.

Esta é a terceira fase da Operação Luz na Infância, que foi deflagrada hoje (22) em 18 estados e no Distrito Federal. Ao todo, 300 policiais federais e 725 policiais civis participam das ações.

Pela primeira vez, a operação contou com apoio internacional dos Estados Unidos e da Argentina. “Esse é um crime asqueroso porque ele macula e profana a nossa juventude e as nossas crianças. Evidentemente isso as compromete e compromete também o nosso futuro”, disse Jungmann.

Luz na Infância

A Operação Luz na Infância teve início em outubro de 2017, quando foram cumpridos 157 mandados e 112 abusadores foram presos. Na segunda fase, ocorrida em maio de 2018, 579 mandados de busca foram cumpridos e 251 pessoas foram presas.

Assunto: Filho adotivo ganha o direito de somar o nome de pai biológico no registro civil

Fonte: Diário de PE

Data: 22/11/2018



Um jovem de 22 anos, adotado por uma família de Areado, no Sul de Minas Gerais, ganhou na Justiça o direito de incluir em seu registro civil o nome do pai biológico. Com a aceitação do pedido, anteriormente negado em 1ª instância, o homem terá três nomes na filiação - do pai e da mãe adotivos e do pai biológico. A mesma alteração ocorrerá na identificação dos avós.

Em seu pedido, o jovem argumentou que o objetivo da inclusão não é a revogação da adoção, mas a manutenção dos três nomes, que segundo ele, condiz com a defesa da dignidade humana. Ele afirma que busca a própria verdade biológica e o reconhecimento do estado de filiação, já respaldado na lei.

De acordo com o relator do caso, desembargador Gilson Soares Lemes, da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a Constituição Federal de 1988 propiciou novas formas de organização familiar e novas interpretações dos institutos do Direito Civil.

Além disso, o magistrado considerou que a pretensão do jovem condiz com o “direito à busca da felicidade”. Segundo ele, a filiação baseada na origem biológica gera direitos civis, de natureza patrimonial e extrapatrimonial, mas, no caso, deve-se ter em conta primeiramente os interesses do adotando, não dos pais biológicos.

Assunto: Grávida pode remarcar teste físico de concurso, decide STF

Fonte: Diário de PE

Data: 22/11/2018



Por 10 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu hoje (21) que mulheres grávidas podem pedir a remarcação do teste físico em concursos públicos. Com a decisão da Corte, as mulheres que estiverem nessa situação podem realizar a prova em data posterior, mesmo se a medida não estiver prevista no edital do concurso.

O caso foi decidido por meio de um recurso do estado do Paraná contra decisões da Justiça local que foram favoráveis a uma candidata que estava grávida de 24 semanas e conseguiu a remarcação do teste físico em um concurso para Polícia Militar do estado. No recurso, o Tribunal de Justiça permitiu a realização do exame em data posterior aos demais candidatos, mas o estado do Paraná recorreu em várias instâncias e o caso chegou ao STF.

O voto condutor do julgamento foi proferido pelo relator, ministro Luiz Fux. Para o ministro, a gravidez não pode trazer prejuízos para as mulheres que concorrem a vagas no serviço público. Em seu voto, o relator afirmou que mulheres têm dificuldade para se inserir no mercado de trabalho e buscar postos profissionais de maior prestígio e remuneração.

"A condição de gestante goza de proteção constitucional reforçada. A gravidez não pode causar prejuízos às candidatas, sob pena de ferir os princípios [constitucionais] da isonomia e da razoabilidade", argumentou.

Em seguida, o ministro Alexandre de Moraes votou com o relator e disse que a medida não fere a igualdade entre os candidatos. "Se o homem ficasse grávido, nós não estaríamos discutindo isso", afirmou.

A ministra Cármen Lúcia também acompanhou a maioria e afirmou que o preconceito contra mulher é mais cínico. Segundo a ministra, a remarcação do teste não compromete o concurso público. "O direito não acaba com o preconceito. O que o direito faz é buscar vedar a manifestação do preconceito", disse.

Também acompanharam a maioria os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente, Dias Toffoli.

O ministro Marco Aurélio foi o único a divergir da maioria por entender que as regras dos editais dos concursos devem prevalecer. Segundo o ministro, a gravidez é uma situação pessoal que era vedada pelo concurso para justificar a remarcação do teste. "É projeto ousado inscrever-se para concurso público para Polícia Militar e ao mesmo tempo engravidar", afirmou.

Assunto: Comemorado em novembro, Dia Mundial da Adoção pretende conscientizar sobre crianças esquecidas em abrigos pelo mundo

Fonte: IBDFAM

Data: 22/11/2018



Em 9 de novembro foi comemorado o Dia Mundial da Adoção. Segundo a advogada Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), a data é importante e deve ser lembrada para que crianças e adolescentes saiam da invisibilidade. “Invisibilidade que fere ainda mais essa parcela esquecida da população”, diz.

Para Silvana, é importante refletir sobre os desafios que envolvem o tema. “Enormes são os desafios a serem enfrentados, dentre eles o de dar voz e rosto às crianças invisíveis que não cometeram crimes, não fizeram rebelião, não queimaram colchões, ao contrário, são vítimas da orfandade, do abandono, da negligência”, afirma.

Sobre o projeto "Crianças Invisíveis", no qual o IBDFAM empreende ações nas suas várias frentes de atuação para combater a situação das crianças que se encontram vivendo em abrigos Brasil afora, a presidente da Comissão de Adoção do IBDFAM afirma que “tira debaixo do tapete da sociedade essas crianças esquecidas que, muitas vezes, chegam à maioridade sem terem tido a chance de se transformarem em filhos”.

De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção do CNJ, estão acolhidas, hoje, no Brasil, 47 mil crianças.

Conscientização

Fundado por Hank Fortner, o Dia Mundial da Adoção é, segundo o site da iniciativa, um dia para celebrar a família e promover a conscientização para adoção. O Dia Mundial da Adoção é um dia para também para arrecadar fundos para apoiar famílias em sua adoção. Embaixadores de todo o mundo organizam eventos e festas para celebrar a data

Este ano, os organizadores convidaram as pessoas a compartilhar uma refeição com a família, amigos e comunidade, e desenhar um rosto sorridente, símbolo da campanha, na mão e postar nas mídias sociais com a hashtag #WorldAdoptionDay, para aumentar a conscientização para milhões de crianças no mundo que estão esperando por uma família.

Assunto: Fóruns da infância divulgam atas e enunciados de suas últimas edições

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 22/11/2018



O Fórum Nacional de Justiça Juvenil (FONAJUV) e o Fórum Nacional de Justiça Protetiva (FONAJUP), divulgaram as atas e enunciados. O XXIII FONAJUV e o V FONAJUP aconteceram entre os dias 12 e 14 de novembro de 2018, no Grand Park Hotel, em Campo Grande (MS).

No XXIII FONAJUV foram definidos 3 enunciados sobre o cumprimento de medidas socioeducativas. O evento também contou com a discussão de temas como: o Projeto de Lei n.º 7.197/2002 (Revisão das Medidas Educativas do ECA), a ratificação da posição contrária do FONAJUV quanto à redução da maioria penal, por unanimidade e também a apresentação dos Painéis “*Monitoramento Eletrônico de Adolescentes em Conflito com a Lei: Possibilidades, Pressupostos e Requisitos de Durabilidade*” e “*Depoimento Especial: Antecipação Cautelar de Prova nos Procedimentos Infracionais*”.

Confira no endereço abaixo os enunciados:

http://abraminj.org.br/Painel/arquivos/resumo_xxiii_fonajuv_pdf.pdf

No V FONAJUP foi definido novo enunciado que trata sobre o apadrinhamento de pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção. No Fórum os magistrados participaram de 3 mesas de trabalho, com temas como: "Construindo o Fluxo do Acolhimento Institucional", "Discussão sobre o SIGA e Enunciados do próprio Fórum" e discussão sobre o Programa "Amparando Filhos".

Confira no endereço abaixo os enunciados:

http://abraminj.org.br/Painel/arquivos/proposta_de_enunciado_12_fonajup_pdf.pdf

Assunto: Gameleira - Prefeitura se compromete a estruturar o Conselho Tutelar municipal

Fonte: MPPE

Data: 22/11/2018



Em defesa dos direitos de proteção à vida e à saúde de crianças e adolescentes, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) elaborou um Termo de Ajustamento de Conduta para que a Prefeitura de Gameleira e integrantes do Conselho Tutelar do município se comprometessem a estruturar o Conselho, que, apesar de instituído e instalado, não se encontra em condições de desempenhar de forma eficaz as atribuições que lhes são atribuídas pelo Estatuto da criança e do Adolescente.

“Em Gameleira, o Conselho Tutelar está com os computadores quebrados, não possui carro e nem mesmo água encanada”, lembrou a promotora de Justiça Kelly Jane Rodrigues Prado. “Com a devida infraestrutura, a sociedade estará se beneficiando em todos os aspectos relativos ao desenvolvimento das futuras gerações”, comentou ela.

A promotora ainda alertou que o Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal ou do Distrito Federal diz que se deverá estabelecer, preferencialmente, dotação específica para implantação, manutenção, funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como para o processo de escolha dos conselheiros tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades.

Assim, cabe ao município o custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax, entre outros necessários ao bom funcionamento dos Conselhos Tutelares; a formação continuada para os membros do Conselho Tutelar; o custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, inclusive diárias e transporte, quando necessário deslocamento para outro município; o espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção; o transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e segurança da sede e de todo o seu patrimônio; e o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Ao assinar o TAC, a Prefeitura de Gameleira aceitou o prazo de 15 dias para regularizar o local de funcionamento do Conselho Tutelar. Depois disso, tem 60 dias para iniciar a reforma da sede própria do Conselho, que se localiza em prédio distinto dos órgãos municipais, ou então fazer a locação de um prédio novo para uso exclusivo do órgão. A reforma consistirá em pintura, manutenção elétrica e hidráulica.

Em 30 dias, precisa disponibilizar um veículo em perfeitas condições de segurança e de uso, para utilização exclusiva no atendimento das ocorrências do Conselho Tutelar, e designar um motorista para guiá-lo.

O Conselho Tutelar também deverá contar com serviço de psicologia e assistência social, além de uma funcionária para realizar limpeza, três vezes por semana, da sede. Em 90 dias, deverá ser regularizado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, notadamente com repasse das verbas públicas, indicando o nome do responsável por gerir tais recursos.

Anualmente, deverá haver a participação dos conselheiros tutelares em cursos, palestras, conferências, seminários, nos âmbitos municipal ou estadual, visando ao aperfeiçoamento e à atualização dos conhecimentos na área da Infância e Juventude, assumindo os custos com inscrição, despesas com alimentação, deslocamento, hospedagem, ou diárias, se for o caso, respeitados os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

O fornecimento de cartuchos para a impressora, linha telefônica e fax, instalação de ar-condicionado, armário com prateleiras, cadeiras giratórias, etc. também são obrigação da Prefeitura de Gameleira.

Até 30 de maio de 2019, a Prefeitura terá que regularizar toda a situação do Conselho Tutelar.

Se qualquer das cláusulas constantes no TAC for descumprida, implicará no pagamento de multa, para cada cláusula, no valor de R\$ 2.000,00, a ser depositado no Fundo do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízos das demais sanções administrativas e penais.

Assunto: MPPE realiza ação de Natal para ajudar crianças e adolescentes que vivem nas Casas de Acolhimento do Recife

Fonte: MPPE

Data: 22/11/2018



Quem nunca quis realizar um sonho? Todas as pessoas um dia já sonharam com algo e, seja pequeno ou grande, todos têm o direito de sonhar. Pensando nisso, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude da Capital realiza uma ação para tornar real os sonhos de crianças e adolescentes que vivem nas Casas de Acolhimento do Recife.

Para participar da ação, basta escolher uma das cartinhas da nossa árvore, localizada na recepção da sede das promotorias da Infância e Juventude da Capital, que fica na Rua João Fernandes Vieira, 405, no bairro da Boa Vista. O presente pode ser entregue no mesmo local, até o dia 7 de dezembro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Mais informações através do telefone: 3182-3361.



Assunto: Ações de proteção de direitos da criança e adolescentes são tema de debate em Palmares

Fonte: MPPE

Data: 22/11/2018



Nesta quarta-feira (21), em Palmares, município da Mata Sul do Estado, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através de ação conjunta entre os Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude; e de Defesa do Direito Humano à Educação (Caop Infância e Juventude e Caop Educação), promoveram o “Caops em Ação - Apresentação dos Projetos Institucionais da Infância, Juventude e Educação”.

O evento foi dividido em dois momentos. O primeiro destinado a uma conversa com os conselheiros tutelares e entes da rede de atendimento à criança e ao adolescente da 7ª circunscrição Ministerial, onde estão concentrados os municípios de Palmares; Água Preta; Xexéu; Belém de Maria; Catende; Joaquim Nabuco; Lagoa dos Gatos; Maraiá; Jaqueira; Quipapá; e São Benedito do Sul, intitulado de “*Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselheiros Tutelares*”, que teve por objetivo capacitar esses profissionais visando auxiliá-los no bom desempenho de suas atribuições e promovendo a proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos das crianças e adolescentes.

Foram feitas análises sobre como a rede de proteção pode atuar de forma eficiente no combate à evasão escolar; no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente; no combate ao trabalho infantil e no planejamento da elaboração de políticas públicas para dar orientações sobre métodos contraceptivos para evitar a maternidade durante a adolescência. De acordo com o promotor de Justiça e coordenador do Caop Infância e Juventude, Guilherme Lapenda, encontros como este contribuem para o fortalecimento da chamada rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Ainda segundo Lapenda, um dos fatores que colaboram para os altos índices de evasão escolar é a falta de oportunidades iguais para as crianças que vivem nas zonas rurais, se comparadas às mesmas condições de acesso à escola de crianças da zona urbana. “Muitas vezes, as crianças e adolescentes que vivem na zona rural têm a necessidade de ajudar os pais no sustento da casa. Por isso, não conseguem ir à escola”.

Já a segunda parte do evento foi destinada exclusivamente aos promotores de Justiça da região. Foi a vez do “*Caops em Ação - Apresentação dos Projetos Institucionais da Infância, Juventude e Educação*”, que teve como objetivo auxiliar o promotor de Justiça na racionalização de atribuições, otimização do trabalho e eficiência da atividade institucional, além de mapear as principais necessidades e demandas nas áreas da Infância, Juventude e Educação nos municípios de Pernambuco.

Para o promotor de Justiça João Paulo Pedrosa, que atua em Palmares, a realização de encontros como este servem para enriquecer o trabalho desenvolvido pelos promotores que atuam nesta área. Há cinco anos atuando no município, ele vê a iniciativa como uma forma de reforçar ações em busca da cobrança das autoridades, para que pensem em políticas públicas, voltadas para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. “Normalmente, o que temos percebido quanto à temática é que quanto mais carente o município, pior é a situação de amparo na defesa desses direitos. A falta de estrutura dos conselhos tutelares, por exemplo, é um dos problemas encontrados pelos conselheiros na hora de agir. Muitas vezes, a retirada de um veículo prejudica todo um trabalho”, afirma o promotor.



Além da falta de estrutura por parte dos conselhos tutelares, outro problema apontado pelo promotor é a rotatividade de integrantes dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas); e do Centro de Referência da Assistência Social (Cras). “A mudança constante de pessoal, também dificulta o trabalho desses Centros, pois a alternância das equipes resulta na falta de informações adequadas para execução de suas atividades, e a carência desses municípios também prejudica mais ainda, pois muitos não têm o apoio devido por parte das prefeituras”, endossa o promotor.

Além de Palmares, cidades como Caruaru; Garanhuns; Arcoverde; São Lourenço da Mata; Gravatá; e o Distrito de Fernando de Noronha, já receberam o evento. Até o final do ano de 2018, os municípios de Goiana; Tamandaré; e do Ipojuca também estão na lista de cidades a serem visitadas.